

## LIMITAÇÕES E COEXISTÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO

Benedicto Heloiz Nascimento(\*)

### RESUMO

O nacionalismo e a intervenção estatal foram, respectivamente, os elementos motriz e condutor do desenvolvimento dos Países Centrais. Somente após terem atingido essa meta é que essas nações aceitaram, antes no nível do discurso que no da prática, o liberalismo. No mundo subdesenvolvido a intervenção estatal, fiscalizada e partilhada com os sindicatos de trabalhadores, deveria atingir diretamente as empresas de grande porte. Enquanto isso, empresas médias e pequenas poderiam operar independentemente, garantindo, assim, maior flexibilidade e maneabilidade à economia. Esse setor privado necessita, no entanto, ser fiscalizado e controlado pelo Governo, ao mesmo tempo que a propriedade de suas unidades precisa ser partilhada entre todos os que nela trabalham. Por outro lado, as posições de chefia e coordenação deveriam ser ocupadas por pessoas mais capazes e aptas ao desempenho dessas funções, mas sempre com a concordância e aprovação da comunidade diretamente interessada e atingida pelos seus atos.

Unitermos: política econômica, desenvolvimento econômico, nacionalismo, intervencionismo estatal.

A sociedade manufatora teria crescido e se desenvolvido graças à proteção e impulso recebidos do Estado. Aqui, a superestrutura social tornar-se-ia determinadora e construtora da infra-estrutura, à medida que, em muitos casos, seria a responsável pela própria instalação e formação de manufaturas e pela produção, de modo geral.

Dessa maneira seria o mercantilismo em sua forma mais evoluída, como um sistema de amparo e estímulo das forças produtivas, o responsável pelo sucesso do capitalismo e da própria Revolução Industrial que surgiria primeiro na Inglaterra, atingindo mais tarde outros pontos

do planeta. Aí teríamos lugares premiados por momentos prolongados de autonomia e, por isso mesmo, dotados de uma classe dirigente mais independente, objetiva, prática, interessada na modernização da produção, promoção do progresso e da capacidade criadora nacional.

Somente depois de alcançada uma posição privilegiada, já com a Revolução Industrial em pleno curso é que começariam a surgir em nível discursivo e teórico reivindicações de liberalização e redução do controle da economia pelo Estado. Isso ocorreria unicamente após o novo sistema comercial, financeiro e produtor ter-se firmado em um território geograficamente muito bem localizado e de haver iniciado processo de renovação tecnológica garantidor e amplificador da predominância econômica da Inglaterra sobre as outras nações.

Mesmo assim o atingimento das condições reclamadas seria lento no, então, país mais desenvolvido do planeta, servindo, a doutrina econômica liberal, além de libertadora das forças produtivas no Centro industrializado, também, de instrumento de dominação. Ela induzia outros países a desarmarem-se frente às investidas e preponderância da Grã-Bretanha, onde já haviam retirado do trabalhador qualquer proteção e possibilidade de reação permitidas pela existência das antigas corporações de ofício. Nesse Centro Fabril a coerção do rico sobre o pobre, do patrão sobre o trabalhador ganharia novo aspecto e maior brutalidade, até

(\*) Professor Associado do Instituto de Estudos Brasileiros/USP

começar a ser inibida pela atuação dos sindicatos operários. Situação que teria seu paralelo em nível externo com o recrudescimento dos movimentos de independência e conseqüente descoberta da desvantagem advinda da manutenção de colônias.

Seria mais remuneradora a exploração de regiões economicamente dependentes que assumissem por sua conta e risco os custos de sua administração, construção de infra-estrutura econômica, defesa e controle policial. As classes dirigentes desses territórios tornar-se-iam as responsáveis diretas pela pobreza do povo, além de objeto único do desgaste resultante de uma política mal aplicada e/ou desastrosa. Agora a nação dominante, livre dos custos de contenção dos anseios de liberdade política de antigas colônias, mantém-se como instância de apelação, fornecedor de produtos industrializados, serviços técnicos e capitais para uma região cujas debilidades transformam a independência arduamente adquirida em pouco mais que simples formalidade.

Desse modo a nova organização da produção exigiria para sua plena implantação a destruição da ordem antiga, inibidora da ação dos processos e técnicas surgidos com a inovação tecnológica e organizacional da atividade econômica, a partir do último quartel do século XVIII.

Entretanto, essa busca de liberdade de movimentos seria unilateral, sectária e periódica, pois os novos detentores dos fatores de produção passariam a exigir, sempre que se sentissem fracos ou ameaçados, a proteção do Estado. Organismo este que, com o tempo, também seria levado a intervir para reequilibrar a vida econômica afetada pelas lutas e crescimento desproporcional de empresas ou setores produtivos, assim como pela necessidade de suavizar e organizar os choques entre sindicatos de trabalhadores e empresas. Voltar-se-ia, assim, à regulamentação e intervenção na vida social, apenas em forma, nível e dimensão diferentes.

A estruturação da economia em pequenas organizações tenderia a desaparecer, ficando esses organismos jogados para uma posição secundária, sobrevivendo com grandes dificuldades. A regra seria a grande empresa, predominariam o monopólio ou o oligopólio que operam unidades de grandes dimensões a fim de obterem o máximo de resultado em economias de

escala, que se utilizam do Estado para fornecimento de infra-estrutura, economias externas, controle e absorção das deseconomias externas, resultantes de sua atuação de caráter predador frente à natureza e à vida na Terra.

Com isso queremos dizer ser a necessidade de liberdade para a atividade econômica restrita a curtos períodos de tempo, precisão que poderia perfeitamente acabar substituída por uma orientação permanente, mas dotada de flexibilidade e sensibilidade para aproveitar as oportunidades e estimular o progresso.

Contudo, para que tal organismo operasse sem maiores problemas, iríamos necessitar de meios garantidores dessa maleabilidade e do preparo certo para enfrentar e tirar proveito das possibilidades de mudança e aperfeiçoamento, ao mesmo tempo que corrigisse e eliminasse parte dos efeitos e resíduos indesejáveis assim gerados.

Para isso, ao lado da empresa pública e privada de grande porte, operando num regime de intervenção e planejamento governamental, precisaríamos contar com agentes de menores dimensões, distinguidos por maior liberdade e agilidade para movimentos eficientes. Daí então decorreria a necessidade de manutenção e mesmo de promoção da existência de empresas de tamanho médio, pequeno e microscópico, reduzido a uma pequena família e seu chefe ou a uma única pessoa operando solitária.

Tais entidades atuariam como válvulas de segurança, limpadoras e lubrificadoras da estrutura econômica, ao mesmo tempo que passíveis de converterem-se em fatores de inovação e bases para mudança. Elas seriam responsáveis por grande parte da produção e oferta de empregos, constituindo-se, também, conforme o caso, em fornecedoras ou consumidoras daquelas de maior tamanho.<sup>1</sup>

Muitas dessas empresas tenderiam a ser dotadas de períodos curtos de sobrevivência, num movimento de

(1) Numa conjuntura de grande instabilidade "... este segmento (de micro, pequenas e médias empresas) é responsável (no Brasil) por cerca de 50% do Produto Interno Bruto e também 70% dos empregos... no caso de considerarmos apenas as empresas registradas formalmente." Andrea, M. D' - O Papel das Micro e Pequenas Empresas na Economia do País. *Jornal do Economista*, no 3, julho de 1988, p. 13.

renovação permanente, resultante da simples mortalidade, como também da passagem para outro nível, ao mesmo tempo que surgiriam novas unidades.

Elas operariam nas margens e nos poros formados entre as firmas de grande porte, constituindo-se numa espécie de "região" elástica e maleável da estrutura econômica de uma nação. Sobreviveriam de migalhas e resíduos deixados pelas suas irmãs de maior porte e pelos próprios consumidores, impossibilitados ou inaptos para assumirem a tarefa de reaproveitá-los, quando não se constituíssem em fornecedores de peças, partes e serviços para unidades maiores ou operassem como micro montadoras, permitindo, ainda, aumentos e reduções mais rápidos de produção.

Para sobreviver a empresa pequena e microcômica, muitas vezes, opera de maneira informal, à margem da lei e escondida dos órgãos públicos de fiscalização e estatística, a fim de evitar o ônus representado por taxas, impostos, previdência social e satisfação das regras da burocracia oficial.<sup>2</sup> Graças a elas e justamente devido a sua atuação subterrânea obter-se-iam agentes econômicos dotados de maior maneabilidade e flexibilidade de ação, possibilitadora de um uso mais completo e duradouro de tudo que foi gerado no processo de produção e acumulação de riqueza.

Essas firmas, juntamente com o agente econômico autônomo, muitas vezes, fariam uso daquilo que seria considerado refugo pelas maiores, trabalhando com produtos simplesmente rejeitados pelas dificuldades de aproveitamento ou considerados destituídos de utilidade. Estes seriam os operadores encarregados do processo de reciclagem ou que tornariam possível essa operação. Utilizar-se-iam daquilo, que, como lixo, constituir-se-ia em poluente e também da própria mão-de-obra recusada pelo mercado normal de trabalho, como aposentados, deficientes físicos, velhos e crianças desprovidas de outros meios de sustento. Conseguem-se aí fugir da rigidez de problemas de tempo, de esquemas, soluções, usos e otimizações da produção em grande escala.

Um "sopro de liberalismo", devidamente controlado e ministrado, poderia ser entendido como um fator de lubrificação e oxigenação dos aparelhos produtor, mercantil e financeiro, após um período de crescimento intenso debaixo de um regime altamente intervencionista

como foi o mercantilismo e hoje são as economias planejadas e/ou com alto grau de estatização.

A abertura periódica para uma atividade privada menos restringida deveria ocorrer através da promoção das empresas de médio e pequeno porte, ao mesmo tempo que fosse estimulada e provocada a racionalização e reorganização do trabalho nas de grande tamanho, no sentido da busca de um aumento de produtividade, redução de custos de fabricação e operação e melhor adequação social da produção.

Seria necessário, portanto, inverter a tendência desses organismos de procurarem sempre resolver seus problemas de caixa através do aumento de preços de venda e/ou empréstimos bancários crescentes, cujo pagamento se eterniza e tem custos que acabam também incorporados aos preços dos produtos quando não são cobertos por subsídios governamentais que requerem mais impostos a serem pagos pelo povo ou contribuem para a dilatação do deficit público.

\* \* \*

Torna-se importante o aproveitamento daquele refugo ainda útil de modo a conseguir maior produtividade, com redução dos custos, empresarial e social, de produção. Obtém-se, assim, uma reciclagem de mercadorias que de outra maneira, exigiriam gastos adicionais, para serem jogadas fora, além de custos sociais sob a forma de poluição, provocando redução de qualidade de vida, doenças requerendo tratamento e terrenos, cursos e bacias hidráulicas inutilizados para uso humano ou industrial.

Isso quer dizer que se passaria a reciclar matéria que, de outra forma, constituiria lixo e dejetos, cuja eliminação seria dispendiosa, além de provocar custos sociais adicionais. Estes materializar-se-iam numa escala maior, em poluição generalizada que poderia estar

(2) Segundo Evandro Peçanha Alves, secretário executivo do CEAG-Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Rio de Janeiro: "O excesso de impostos e encargos com base na folha de salários e uma legislação das mais atrasadas do mundo ocidental para pequenas e médias empresas são os principais inibidores da regularização das firmas de "fundo de quintal" no Brasil. O resultado dessa política é que o país possui cerca de 1,5 milhão (sic) de empresas clandestinas..." O Estado de S. Paulo de 10/11/87, p. 33.

contribuindo para reduzir a riqueza disponível, à medida que destroem a vida, inutilizam bens ainda livres como água e ar, os quais pelo menos no caso da primeira, já exigem altos custos para serem transportados e recuperados a fim de se tornarem compatíveis com os padrões mínimos requeridos para o seu uso e consumo.

Semelhante efeito perverso da produção de riqueza por mãos humanas teria ficado praticamente incógnito ou mascarado por muito tempo porque custos desse tipo tenderiam a permanecer fora do cálculo empresarial. Eles constituiriam deseconomias externas das quais não se cuidaria ou, quando necessário, acabariam tendo os gastos de recuperação socializados.

Essa perda, repartida por toda a comunidade seria na maioria das vezes uma maneira cara de jogar fora substâncias e objetos que facilmente seriam transformados em matérias-primas e fontes de energia adicionais a serem reintroduzidas no processo produtivo ou que poderiam ser simplesmente usados, já da primeira vez, de forma mais eficiente e racional.

Nesse caso, certos custos tenderiam a crescer, à medida que exigissem equipamento, mão-de-obra, energia e espaço para armazenamento, além de algum outro insumo, adicionais. Por outro lado, ocorreriam possibilidades de obter grandes poupanças de energia e dispêndio de divisas com o simples reaproveitamento de sucata na fabricação de metais, por exemplo.

Verificamos que boa parte da eficiência e ganhos de nossas empresas são aparentes, ou melhor, existem apenas porque elas operam de maneira predatória em relação aos recursos recebidos e à própria natureza. Elas geram deseconomias externas que por enquanto seriam apenas parcialmente aliviadas pela ação de firmas complementares e/ou menores, que trabalhariam fração do refugo gerado no processo produtivo, o qual em boa parte seria colhido por um batalhão de miseráveis para cuja sobrevivência restaria apenas a atividade, de alto risco, de coletores individuais de lixo.

Todas essas entidades gozariam de uma situação privilegiada graças ao uso de infra-estrutura e economias externas criadas diretamente pelo Estado ou por empresas de sua propriedade e mesmo firmas privadas, geralmente de grande porte. A eficiência desses organismos resulta

principalmente de um mecanismo de exteriorização de custos e internalização de ganhos.

Isso possivelmente teria muito a ver com a sobrevivência de empresas de reduzido tamanho, vivendo nos poros e espaços de acomodação deixados entre os grandes estabelecimentos, operando numa determinada época e lugar. Assim, também, se explicaria, em boa parte, a existência de empresas estatais com rentabilidade negativa e o próprio deficit do Governo que precisa corrigir essas falhas e subsidiar as atividades privadas.

Dessa maneira o intervencionismo econômico e a ação direta do Estado, como construtor e empresário, constituir-se-iam numa maneira de tornar possível ou mais facilitado o surgimento ou sobrevivência, no país, de um setor privado nacional ou mesmo alienígena. Aquele não apenas organiza e corrige falhas como também cria as condições mínimas garantidoras da lucratividade dos últimos, amparando-os, fornecendo recursos, insumos e mesmo bens patrimoniais, em operações que mais do que subsidiadas têm o caráter de verdadeiras doações.

O Governo presenteia terrenos, constrói redes de água, esgoto e de transmissão de energia, que é fornecida a preços baixos, proporciona empréstimos a juros reduzidos e/ou serve de avalista para aqueles feitos no exterior. Ele, também, permite que detritos e resíduos da produção sejam abandonados em qualquer lugar, sem que haja a menor preocupação em reciclá-los ou torná-los inócuos para o homem e o ecossistema natural, quando não providencia ele próprio essa retirada, responsabilizando-se pelo seu depósito em terrenos, que assim ficam inutilizados para outro uso.<sup>3</sup>

A ação governamental, se bem que imprescindível para dar início ou prosseguimento a um processo de desenvolvimento econômico, pode, caso não seja bem conduzida ou atendida a necessidade de interromper a sua continuidade ou alterar seu rumo, resultar em deformações

(3) Chefes políticos locais, também, não escapariam desse afã em servir e premiar grandes investidores. No último trimestre de 1987 o prefeito de Paraisópolis, M. G., estaria, segundo notícia de O Estado de S. Paulo de 04/11/87 p. 22, tentando adquirir terreno do Ministério da Aeronáutica para doá-lo à General Motors. Essa "montadora de veículos que está adquirindo da Ericsson superfície de 100 000 metros quadrados, mais as instalações de 12 000 metros quadrados de área construída, ainda vai receber da prefeitura uma área, ao lado, de 50 000 metros quadrados, onde funcionou por muitos anos o aeroclube da cidade..."

e anomalias no funcionamento tanto no setor estatal quanto no privado. Este tenderia a esperar e requerer permanentemente favores do poder público, que só se justificariam como incentivo à indústria nascente, deixando assim de fazer o esforço necessário ao seu crescimento posterior bem como o "pagamento" à sociedade pelo auxílio recebido.

Tal ajuda, muitas vezes, costuma ser dada a empresas estrangeiras, que retribuem o obséquio crescendo às custas de capital acumulado no país receptor, remetendo lucros para suas matrizes, fazendo uso de sub-faturamento nas exportações e superfaturamento nas importações, retardando o processo de nacionalização da mercadoria que fabrica, sufocando o desenvolvimento da indústria de bens de capital e da tecnologia local.<sup>4</sup>

Aqui deve-se acrescentar a ameaça periódica de se retirar do país, aí deixando apenas desempregados, fora a tendência de produzir mercadorias concebidas para seus lugares de origem, geralmente pouco adequadas ao hospedeiro dessas filiais. Instituições que procuram forçar importação de peças, partes, máquinas e ferramentas, além da obtenção de empréstimos no exterior, ao mesmo tempo que passam a adquirir empresas locais e/ou cortar suas possibilidades de crescer ou mesmo de nascer.

Ter-se-ia uma concentração econômica privilegiando as empresas estrangeiras que, sozinhas ou ligadas a sócios locais menores, tenderiam a controlar setores inteiros da economia nacional. O único empresário capaz de se contrapor a esse poder seria o Estado, que no entanto acabaria por subsidiá-lo, inclusive chegando a associar-se com o mesmo, em condições favoráveis a esse alienígena. Parceiro que juntamente com outros de origem semelhante, mais o setor privado nacional, então favorável ao capital estrangeiro, com quem aparece freqüentemente em empreendimentos comuns, tentaria, quando comesçassem a escassear as oportunidades de investimento subsidiado, apossar-se das empresas estatais, levantando a bandeira da privatização.

O movimento seria feito em nome de uma suposta eficiência superior do liberalismo e da empresa privada, que agora começaria a prescindir de maior ajuda do Estado e suas empresas que, de constituídas para ocuparem setores desprezados pelos particulares, podendo assim, apoiarem e suprirem-nos de insumos e recursos,

passam a ser alvo da cobiça das empresas privadas nacionais e principalmente estrangeiras que ajudaram a nascer e crescer.

Semelhantes firmas passariam a ver esse setor público de produção como rica e indefesa fronteira para uma rápida e fácil expansão possibilitadora da satisfação de sua avidez de novos ganhos. Vantagens que além de monetária seriam também em termos de maior poder e controle sobre a sociedade, à proporção que os compradores de estatais tenderiam a ser grupos já bastante fortes, constituídos por empresas estrangeiras ou privadas nacionais a elas, de alguma maneira, associadas.

Disso resultaria, para o Governo, a perda do instrumento com que poderia exercer alguma ação ou planejamento imperativo, ao mesmo tempo que as ligações de dependência econômica ficariam melhor e mais fortemente amarradas.

O nível de liberdade, traduzida por flexibilidade e maneabilidade da economia pouco ganharia, pois persistiria a característica, que não deixaria de ser acentuada, expressa na existência de empresas de grande porte e monopolísticas. Estabelecimentos que entravariam ainda mais o funcionamento das forças de mercado apesar de não deixarem de ser necessários, a fim de se obterem economias de escala na produção e utilização máxima da vida útil dos equipamentos.

Eles acabariam, nessa busca de lucro, por dificultar a padronização necessária, à medida que os principais fabricantes do Mundo Rico tenderiam a dominar os setores produtivos da Periferia, impondo, ao mesmo tempo, as formas de produção e hábitos de consumo, nem sempre os mais convenientes para eles próprios, de seus lugares de origem. Fabricar-se-ia, assim, grande

(4) "... no Brasil durante o período 1920/1966 a renda líquida de fatores no exterior (457,1 milhões de cruzeiros novos a preços de 1950) ultrapassou do dobro da contribuição do capital estrangeiro para o total de recursos para a formação de capital (190,2 milhões de cruzeiros novos a preços de 1950). "Nascimento, B. H. Formação da Indústria Automobilística Brasileira. IGEOG USP SP; 1976 pp. 127/129. "Enquanto o brasileiro paga Cz\$ 438.454,64 por um veículo Prêmio da FIAT, movido a gasolina (sem o compulsório) o Duna, modelo similar de exportação, com vidro climatizado e cera protetora, está saindo do porto de Santos, com destino à Itália, por apenas Cz\$ 42.283,87," conforme matéria, com fotografia da nota fiscal 341 958 expedida pela FIAT, publicada em O Estado de S. Paulo de 27/06/87 p. 22 e de 02/07/87 p. 24.

diversidade de tipos, modelos e marcas de um mesmo produto, que rapidamente seriam substituídas por novas variações, num desperdício imposto pelas multinacionais aos seus hospedeiros, do que a indústria automobilística brasileira constituir-se-ia num exemplo bastante típico.<sup>5</sup>

Aqui teríamos grande desbaratamento de recursos, aliado à confecção de mercadorias pouco adequadas às reais necessidades da população nacional e a uma ação inibidora do progresso tecnológico e científico do país. Este continuaria importando conhecimento, projetos, equipamentos, peças e partes, internalizando uma tecnologia, muitas vezes, apenas aparentemente nova.

Com isso os meios para o desenvolvimento da inteligência e criatividade locais estariam bloqueados, ficando estas últimas inibidas e embotadas, devido a adoção direta de produtos e invenções ou uso servil de tecnologia elaborada no Centro. Restariam, então, instituições que, conforme conveniências e vantagens de suas matrizes ou de outra unidade no exterior, tenderiam a produzir dentro ou fora do país, a aumentar ou reduzir o grau de nacionalização de seus produtos, a exportar ou importar.

Muitas vezes, dar-se-ia existência a problemas graves de desemprego, balanço de comércio e dívida externa. Cria-se uma situação de instabilidade e ausência de defesa da economia nacional, fazendo com que setores inteiros de produção permaneçam com alto nível de ociosidade, enquanto a nação importa as mesmas mercadorias para cuja fabricação eles foram montados.

Desse modo, para aumentar a taxa de lucro de grandes empresas multinacionais, todo um país e sua população enfrentariam problemas difíceis de resolver e que abalariam todas as suas estruturas, econômicas, políticas e sociais, conduzindo o povo a um pauperismo, em meio a uma abundância que acaba drenada para o exterior, após deixar alguns ganhos extras, nas mãos de uma minoria colaboracionista com o estado de coisas vigente e por isso mesmo privilegiada com essa bonificação.

Tudo seria feito em nome da eficiência e para a empresa privada. Entidade que aparenta uma produtividade e eficácia maiores que aquelas socialmente verdadeiras. Sua pretensa superioridade em boa parte seria

contrapartida do aproveitamento de infra-estruturas e economias externas, da socialização de deseconomias externas, da exploração predatória da natureza e mais intensiva da mão-de-obra, ao lado de pagamento de salários baixos e ausência ou escamoteação de benefícios sociais ao trabalhador. Vantagens que apenas seriam oferecidas pelo Estado e organizações proletárias ou por coação desses agentes, enquanto a maior consideração pelos recursos da terra e meio ambiente só resultariam da perspectiva de sua exaustão, de doenças e mal estar provocados, aliados a movimentação de grupos de defesa ecológica.

De modo geral podemos dizer que boa parte dos vícios e defeitos de empresas privadas e públicas tendem a ser os mesmos, decorrendo ordinariamente da dificuldade e dos problemas resultantes, principalmente, do porte das mesmas e da separação entre propriedade e gestão. A principal diferença residiria no fato das firmas particulares apropriarem-se dos setores mais rentáveis e de evitarem internalizar qualquer custo que possa ser socializado, além de valerem-se de economias externas, infraestruturas e subsídios proporcionados pelas estatais e diretamente pelo próprio Governo.<sup>6</sup>

Por outro lado a submissão da empresa pública às variações de objetivos e de grupos no poder deixa-a carente de uma administração mais estável, adequada e interessada pelos seus problemas e necessidades. As suas chefias tendem a ser escolhidas mais por critérios políticos que por competência técnica e profissional. Não se cuida de raciocinar em termos de qualificações específicas necessárias ao bom desempenho das funções de um gerenciamento, que também requer um mínimo de tempo de permanência no cargo e uma ótica que, pelo menos, valorize e determine para o patrimônio público igual intensidade de cuidados que para o privado.

A empresa estatal seria, ainda, a maneira mais vigorosa e direta de controlar e conduzir a economia nacional, não existindo, todavia, necessidade dela se

(5) Nascimento, B. H. op. cit. pp. 105/106.

(6) "O Conselho Monetário Nacional acabou aprovando no final do mês passado (outubro de 1987) o empréstimo (de quantia equivalente a US\$ 50 milhões, do Governo Federal) para a Transbrasil (companhia privada de transportes aéreos) com juros abaixo dos praticados pelo mercado." Nastari, J. Plano Bresser está em jogo. O Estado de S. Paulo de 15/11/87, p. 52.

estender por todos os setores ou firmas de um mesmo setor.

Ela limita-se às empresas e unidades de grande porte e/ou pioneiras, constituindo entidades tendentes a operar, antes de tudo nos vazios deixados pelo setor privado. Fato decorrente da ausência de interesse de empresários preocupados em se ocupar de uma porção mais rendosa da atividade produtora e do mercado, ou da escassez de recursos para suportar investimentos vultosos, requerendo grandes prazos de maturação.

Ficaria, portanto, esse setor estatal praticamente encarregado de puxar e amparar a atividade econômica do país, produzindo e criando condições para que os particulares também procedam dessa forma. Residiria, aqui, mais um fator explicativo da dificuldade do primeiro apresentar um bom desempenho, gerando lucros e ganhos adicionais para o Governo, pois dentre suas funções figuraria a de facilitar e subsidiar a produção privada, garantindo o fornecimento de insumos a baixo preço.

Dessa maneira o Estado e a Empresa Pública supririam as deficiências de uma classe que teria dificuldades para aprofundar o processo produtivo, encaminhando, assim mais decidida e rapidamente a formação de uma indústria de base e de bens de capital. Setor que, pela sua ausência e diminutas proporções, caracterizaria uma falha decorrente de industrialização incipiente e fraca, onde predominaria uma mentalidade excessivamente mercantil, para a qual a decisão entre importar ou produzir no país seria uma questão de menor ou maior oportunidade de ganho.

Aqui produzir significaria mais uma montagem com um mínimo de fabricação local de peças, partes e ingredientes usados como insumos. Teríamos então a produção no país encarada, pelas empresas estrangeiras e mesmo nacionais, como maneira de contornar barreiras ou dificuldades ocasionais de importação.<sup>7</sup> Atitude que, possivelmente, seria mais acentuada nas firmas nacionais associadas a capital externo do que naquelas que permanecessem fora dessas ligações. A ação ocorre em termos de possibilidades de obtenção no estrangeiro de insumos mais baratos, inclusive peças e partes importadas a custos mais baixos que os do produto final.

Por outro lado poderíamos, também, ter um esquema de ação montado com o objetivo de facilitar a exportação de mercadorias industrializadas após incorporar o trabalho de uma mão-de-obra subremunerada, economizar em instalações para tratamento de detritos e beneficiar-se de subsídios governamentais. Vantagens que, igualmente, tornar-se-iam acrescidas de isenções, comumente obtidas, de impostos, taxas e tarifas para operações, que também costumam ser subfaturadas, enquanto o preço dos insumos importados pode estar artificialmente acrescido e o mercado local ficaria aberto para produção da Matriz ou empresa estrangeira exportadora.

Dentro deste contexto podemos colocar a busca de empréstimos no exterior que acabam por forçar a importação de bens de capital, equipamentos e serviços, muitas vezes produzidos, ou passíveis de facilmente o serem, no país. Cria-se uma dívida em moeda forte estrangeira, sem qualquer necessidade real, apenas para atender a importações desnecessárias ou até mesmo prejudiciais à economia nacional, a preconceitos doutrinários pseudo científicos e/ou a pretensão de impor um ritmo exageradamente acelerado a um crescimento que seria mais consistente e adequado em velocidade mais reduzida, depois de melhor pensado.<sup>8</sup>

Procura-se afastar a atenção da possibilidade de ampliar o mercado interno ao mesmo tempo que a única forma de visualizar uma redução de custos de produção parece, por isso mesmo, materializar-se na importação de insumos baratos. O país ficaria cada vez mais atrelado ao comércio exterior, deixando-se de cuidar melhor das vendas para sua população, as quais exigiriam pagamentos de maiores salários e permitiriam um desenvolvimento

(7) Conforme D. M. Phelps (Migration of Industry to South America. McGraw-Hill Book Company, N. York 1936, pp. V, 57, 72, 80) o estabelecimento de fábricas subsidiárias no exterior permite contornar e usar em benefício próprio as barreiras artificiais ao comércio, reduzir custos e problemas de transporte, armazenagem e acabamento. Ele participa da natureza do comércio internacional e do investimento estrangeiro.

(8) "O Ministério do Planejamento levou nos últimos anos as empresas estatais (federais) e algumas estaduais a fazerem dívidas superiores a US\$ 8 bilhões no exterior, comprando equipamentos adiáveis ou dispensáveis, a fim de levantar recursos paralelos em dólares para cobrir os compromissos financeiros internacionais (brasileiros)." Tamer, A. País Compra US\$ 8 bilhões de Supérfluo para Sustentar a Dívida. O Estado de S. Paulo de 12/02/84, p. 44.

melhor sustentado e adequado às suas condições intrínsecas.

Nesse contexto o Estado precisaria suprir a atividade de um empresariado carente de vontade e mesmo visão de maior alcance para perceber as vantagens de lutar por um mercado interno ampliado e protegido e de trabalhar por uma sociedade mais rica e equilibrada. Economia que proporcionaria um retorno muito maior para o capital, que não raras vezes acaba vazando prematuramente como investimento no exterior ou terminando desperdiçado, em consumo conspícuo, por uma classe que tenderia a só compreender investimento de grande volume e tempo de maturação quando socializado através do Governo.

O aludido organismo inclina-se a embarcar nessa verdadeira onda de comportamento irrefletido, ditado em boa parte por instituições do Centro, interessadas apenas em vender suas mercadorias para o entorno subdesenvolvido e manter seu domínio sobre o mesmo. Condição que seria obtida com o concurso de suas filiais instaladas nos territórios das nações pobres do planeta, dispostas a trabalhar e influenciar qualquer elemento sensível às suas causas e interesses. Para isso, elas contariam, também, com a colaboração de Governos e órgãos públicos de seus países de origem, inclusive embaixadas e consulados localizados na região receptora.<sup>9</sup>

Desse modo a possibilidade do Estado operar como agente determinante de ação e comportamento social, além de ser produtor de mercadorias, infra-estrutura e economias externas, ficaria prejudicada ou realizar-se-ia em benefício dos "enclaves" externos implantados no país e de suas matrizes no Mundo Central.

Esse processo pelo qual uma super-estrutura organizadora poderia gerar e desenvolver uma infra-estrutura produtora, criando indústrias, formando mão-de-obra e promovendo o desenvolvimento tecnológico e científico, num país subdesenvolvido dependente, seria inibido e distorcido. Desvio que aí seria promovido e ampliado pela ausência de liberdade de opção dessa sociedade, onde ao Estado caberia a prioridade de ação para reformular, modernizar e conduzir uma verdadeira revolução cultural.

A ação promotora e protetora da superestrutura econômica e social, materializada através do Estado, tenderia a beneficiar o investidor estrangeiro e a favorecer a desnacionalização dos organismos ainda não atingido pela força dominadora do Centro.

O referido poder penetra no aparelho governamental, nas escolas, veículos de comunicação, além de empresas, usando para isso todos os meios à sua disposição, desde recursos monetários até a difusão de ideologias de caráter internacionalista e liberal. Sistemas de idéias pregados de forma distorcida e fora do seu contexto histórico, como maneira de retirar o ânimo para lutar e mesmo a capacidade de visualizar a possibilidade e necessidade de defesa da nação subdesenvolvida. Para esta seria, assim, negada a oportunidade de utilização do nacionalismo e da vida autônoma de que se valeram no passado, e mesmo nos dias de hoje, largamente se socorrem, os povos agora dominantes e prósperos.

Naqueles lugares começariam, inclusive, a surgir situações e focos de ordem patológica que acabariam por deformar a estrutura social e prejudicar o bom entendimento entre as pessoas, além do funcionamento adequado de unidades econômicas. Para isso contribuiriam as empresas estrangeiras que não hesitariam em apelar para uma política de emprego de mão-de-obra de cunho racista. Ação que seria aplicada de maneira silenciosa, através de normas internas não escritas, ao contratarem, para os cargos de direção, chefia ou de maior importância na firma, pessoas da mesma nacionalidade da empresa.

Constituir-se-ia uma preferência que, no caso de existência de minorias étnicas do país sede da Matriz, beneficiaria de modo discriminatório todos aqueles de idêntica origem, pois ao empregarem alguém do país receptor, a escolha tenderia a recair sobre um descendente daqueles imigrantes. Grupo que teria as melhores posições garantidas em todos os níveis e que receberia cobrança e estímulo permanentes, através dessas entidades, para manter os costumes e modo de vida, além da língua de

(9) No dia 27/11/87 Luis Ignácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores e Deputado Federal, "recebeu em seu gabinete o conselheiro político da Embaixada dos Estados Unidos, James Creagan, para tratar das demissões na Autolatina, empresa que congrega a Ford e a Volkswagen." Lima, J. L. V. O Verdadeiro Sindicalismo. O Estado de S. Paulo de 10/11/87, p. 25.



seus progenitores. Desse modo as filiais de empresas estrangeiras, onde, num país como o Brasil, se destacariam as japonesas, procurariam contratar a maioria dos seus empregados entre imigrantes de igual procedência e seus descendentes, deixando apenas uma pequena parcela de postos de trabalho, geralmente os de caráter inferior e pior remunerados, para o resto da população local.<sup>10</sup>

Tal discriminação reforçaria uma divisão da sociedade em diferentes grupos étnicos, contribuindo para manter e reavivar o quadro descrito por Dean ao tratar das origens sociais da burguesia imigrante no Estado de São Paulo. Aí os imigrantes tendiam a depositar suas economias em agências locais de bancos de seus países de origem, as quais eram dirigidas por pessoas da mesma procedência. Nesse contexto eles representavam para os empresários patrícios, em diversas fases de suas carreiras, ajuda ou fonte de auxiliares confiáveis e de jovens a se tornarem objeto de investimento. Esses empresários costumavam contratar e socorrer pessoas oriundas de seus próprios países, ao mesmo tempo que a maior parte de seus fundos primitivos teriam procedido do exterior e os imigrantes e descendentes se constituiriam em instrumentos dos interesses econômicos e políticos dos seus países de origem.<sup>11</sup>

Ficaria, assim, dificultada a integração de indivíduos de proveniência estrangeira na sociedade hospedeira, criando-se situação de possível conflito futuro. Ao mesmo tempo os executivos das multinacionais, como H. F. Lima revelaria no caso da FIESP-CIESP, passariam a integrar as diretorias de órgãos de representação patronal, a dirigirem seus departamentos técnicos e os sindicatos de classe, impondo os interesses de suas empresas e grupos econômicos.<sup>12</sup>

Deste modo, avançando o processo de dominação da economia local, constituir-se-iam, no país, em novos pontos de pressão a favor do capital estrangeiro, antigas bases defensoras da causa nacionalista.

Aí as próprias empresas estatais principiariam, também, a apresentar um comportamento destrutivo em termos de uma política de desenvolvimento e das finalidades para as quais teriam sido criadas. Elas, à medida que seus diretores passam a raciocinar apenas em termos de lucro monetário, descurariam de sua função de

promotoras do crescimento, diversificação e modernização da produção interna. Poderiam começar, por isso, a importar produtos com fabricação similar no país, enquanto no mercado interno setores inteiros apresentariam altos níveis de capacidade ociosa ou simplesmente descuidariam de aprofundar a nacionalização do produto por elas fabricados, em nome de uma suposta redução de custos e possibilidades de maiores exportações.<sup>13</sup>

\* \* \*

Em países subdesenvolvidos persiste a necessidade de uma atuação enérgica, direta e coerente do Estado na vida econômica, do mesmo modo que o nacionalismo e a proteção irrestrita e ampla do mercado local devem ser estimulados. Isso, no entanto, feito com um aparelho estatal dotado de Executivo forte, dirigido de maneira objetiva e conforme as necessidades da nação, não precisa significar ditadura ou banimento do capital privado.

Esses recursos podem e devem sobreviver, principalmente em empresas de pequeno e mesmo de médio porte, a fim de dotar a economia de maneabilidade e flexibilidade para um crescimento mais rápido, saudável e harmônico. Para isso elas precisariam gozar de ampla liberdade de ação, embora sofrendo indispensável regulamentação e fiscalização que modere excessos e concilie interesses divergentes.

(10) Laudanna, M. Entrevista (inédita) com filho de imigrante japonês no Brasil, empregado de empresa nipônica neste país.

(11) Dean, W. A Industrialização de São Paulo. Difel-Edusp, S. P. 1971, pp.60/62.

(12) Lima, H. F. Caminhos Percorridos. Brasiliense, S. P. 1982, p. 283.

(13) Buscando um maior rendimento imediato para o dinheiro empregado "O Decreto 498 (de 13/03/69) isentou de impostos alfandegários, do IPI e do ICM as importações de material para a construção naval, desde que beneficiadas com financiamento externo, (colocando) a critério da SUNAMAN (Superintendência Nacional da Marinha Mercante) liberá-las da obediência às normas da similaridade. Em consequência, o material brasileiro que não gozava de isenções, passou a chegar aos estaleiros com o custo médio 1,7 a 2 vezes maior que o importado e o índice de nacionalização caiu sensivelmente... desde então várias firmas brasileiras... abandonaram as linhas de produção para a construção naval ou fecharam suas portas por falta de encomenda (que se dirigia ao) exterior, com enorme ônus para o balanço de pagamentos do país." Bandeira, Moniz Cartéis e Desnacionalização. Civilização Brasileira, R. J. 1975, pp. 145/146.

O Estado intervencionista que assume funções de capitalista e empresário precisaria operar dentro de um regime político dotado de Executivo forte, sem necessidade de abandonar as vantagens, em termos de vitalidade e maleabilidade do liberalismo e da democracia.

Semelhante composição seria possível de se obter graças ao expediente de se deixarem faixas de atuação abertas às empresas privadas de médio e pequeno porte, fora o funcionamento e livre manifestação de partidos discordantes da política praticada, cujas críticas se constituiriam em fontes apontadoras de erros ou novos rumos. Teríamos, assim, um sistema misto onde diferentes grupos e partidos políticos revezavam-se no exercício do poder, aí sendo fiscalizados e controlados por seus opositores.

O Estado só atuaria diretamente ao nível das grandes empresas, operando ao seu lado, nos poros deixados entre elas, firmas de tamanho menor. Estas dariam ao sistema a possibilidade de aproveitar melhor os recursos disponíveis, permitindo aumentos e reduções mais rápidos de produção ou de prestação de serviços, assim como sua diversificação e mudança. Os insumos também seriam usados de modo mais adequado, completo e intensivo, à medida que se passasse a ter um conjunto produtor mais entrosado conforme uma empresa reciclasse ou reaproveitasse os resíduos gerados por outra.

Fora isso o setor privado poderia se constituir numa alternativa a que se recorrer quando a área estatal apresentasse problemas ou deficiências, assim como seria elemento indutor de maior racionalidade e agilidade no desempenho e na administração da empresa pública.

Aqui ele operaria, se afastada a possibilidade de sua ação desmoralizadora e desintegradora, como fator de comparação e de força para pressão por melhor funcionamento das grandes empresas controladas pelo Governo. Essa área particular tornar-se-ia, inclusive, elemento garantidor da maior independência, além de emprego de vasta parcela da força de trabalho, de sua capacidade inventiva e inovadora, dentro de uma situação de ação, intervenção e organização planejada da vida econômica, possibilitando, por isso mesmo, uma melhor execução do plano ou da política econômica.

A tarefa acima referida seria desempenhada com mais eficiência graças a uma descentralização das empresas estatais, as quais, conforme a abrangência de suas áreas de atuação, seriam federais, estaduais ou municipais. Assim elas poderiam atender mais acertadamente às especificidades das diferenças regionais e locais em um país de grande porte como o Brasil.

A direção e a composição da política empresarial ocorreriam em conformidade com aquelas necessidades, numa atitude de maior integração com o povo, que poderia ser ampliada e aprofundada com a adoção de um sistema de gestão na direção dessas firmas. Entidades que precisariam ser melhor administradas e fiscalizadas, de maneira a tornar o seu desempenho mais eficiente e útil à comunidade.

Para isso, além da participação dos trabalhadores na própria condução e controle das suas atividades e negócios, seria necessário transformá-las em autênticas sociedades de economia mista. Com esse objetivo, transferir-se-ia, para os cidadãos e especialmente para as associações de funcionários e trabalhadores das empresas e para os sindicatos operários e profissionais do país, quantidade significativa de suas ações ordinárias.

Teríamos, então, um processo que seria materializado mediante venda controlada, com cláusula de intransferibilidade para terceiros, desses títulos, que naturalmente seriam nominativos. O Estado, as associações e, com uma participação reduzida, os sindicatos supracitados, quando da mesma categoria da empresa, seriam, respectivamente, proprietários de 45% e 30% daqueles documentos com direito a voto, ficando os 25% restantes pertencentes a cidadãos, firmas e outros sindicatos do país. Simultaneamente, ficaria livre a posse e negociação de ações preferenciais, as quais poderiam ser adquiridas por entidades e cidadãos nacionais e mesmo estrangeiros, quando realmente necessário e respeitados os interesses do país.

Desse modo poder-se-ia atingir uma sociedade mais harmônica em que a coexistência de elementos de diferentes estruturas e sistemas tornariam seu funcionamento menos perturbado por estrangulamentos ou imobilismos de caráter burocrático e de carência de inovação. Situações que costumam surgir devido a rigidez e lentidão da operação de unidades de grande porte que,

sendo particulares, poderiam agir mais ainda em detrimento da comunidade dentro da qual se estabelecessem.

Nesse sentido um sistema intervencionista parcial e flexível apresentaria a melhor solução, corrigindo os defeitos e excessos da concentração econômica e burocrática, retirando de poucos grupos privados a capacidade de afetar profundamente a vida de toda a comunidade regional ou nacional.

Assim um país subdesenvolvido poderia resolver duas categorias de problemas, que tendem a se atropelar no seu interior. Primeiro aquela questão da pobreza nacional, do subdesenvolvimento e da dependência econômica. Segundo a da ascensão dos trabalhadores assalariados, juntamente com uma repartição mais equitativa da renda e do patrimônio.

Uma fuga do subdesenvolvimento seria feita através de um sistema misto, onde a propriedade das grandes empresas e unidades de produção caberia ao Estado, trabalhadores e povo. Concomitantemente seria respeitada a propriedade privada de empresas de porte médio e pequeno, enquanto as estatais absorveriam e remunerariam poupança privada e se procuraria cuidar da formação e aperfeiçoamento dos quadros responsáveis pela administração de empresas privadas e dos negócios públicos.

Também, seria introduzida maior preocupação com o progresso, bem estar, equilíbrio ecológico e custos em caráter mais amplo e genérico. Para isso precisar-se-ia de uma organização social que, além de democrática, fosse liberal, admitindo, no entanto, forte intervenção estatal, ao lado de um setor privado, constituído por empresas médias, pequenas e familiares, sólido e dinâmico.

Essa deveria ser uma sociedade dedicada a promoção de valores positivos e dinamismo dos indivíduos, que apoiasse os mais capazes, respeitasse e garantisse uma vida digna e livre para todas as pessoas, abolindo qualquer tipo de discriminação. Aí o desempenho e administração das empresas, dos bens públicos e também de todas as atividades humanas

poderiam ser melhor moralizados e adequados à defesa e progressão da vida.

\* \* \*

Para atingir esta meta seria necessário investir adequadamente uma quantidade máxima de recursos próprios da nação, realçando-se nesse momento a importância estratégica da eliminação de vazamentos de cabedais para o exterior. Mecanismo materializado através das remessas de capitais e de lucros feitas pelas companhias estrangeiras e, mesmo, de depósitos e investimentos de pessoas físicas e empresas locais em outros países. Constituído-se, essa última modalidade, numa aventura que resultaria em prematuro expansionismo, debilitador de um organismo ainda mal formado e extremamente carente de meios para promover o seu desenvolvimento interno e vida saudável de sua população.

A busca de mercados externos começaria com a exportação, logo aprofundando-se através de investimentos nos países estrangeiros compradores, sob o pretexto da incapacidade nacional em absorver a produção.

Procuram-se, assim, saídas mais simples e oportunistas, na obtenção do enriquecimento próprio, internacionalizando o capital gerado com o esforço local, passando-se, conforme as conveniências individuais, da produção para consumo interno para a exportação e para a fabricação no exterior. Tudo isso feito sem se cuidar da existência de um enorme mercado local potencial necessitado de promoção e extremamente carente dos recursos que estariam migrando muito antes do tempo socialmente adequado. Além disso passa-se a conduzir a economia do país a concessões pouco convenientes, constituindo-se, ao lado de uma perigosa dependência das flutuações de um mercado internacional pleno de disputas comerciais e protecionismos, uma nova fragilidade para uma nação subdesenvolvida e, portanto, necessitada de maior concentração de recursos dentro de suas fronteiras.

Aqui a propriedade estatal das empresas de grande porte poderia ser usada como mecanismo restritor da referida fuga de capitais, mantendo-os na exploração e operação dos recursos e em atividades presentes no mercado interno.

Dessa maneira, essas empresas, sediadas no país, que costumam crescer graças a subsídios, subvenções e amparo governamentais, mais uso predatório da natureza e, a exploração de uma mão-de-obra barata e relativamente dócil, manteriam e aplicariam no local os ganhos obtidos com sua atuação. Atitude que possibilitaria melhor expansão das atividades produtoras destinadas a usar recursos domésticos e voltadas para a satisfação das necessidades do trabalhador nacional. População responsável por uma procura potencialmente grande e necessitada de amparo para escapar de um estado deprimente de pauperização, de desnutrição, de ignorância e sanitário vergonhosos, principalmente em face da base territorial e dos recursos naturais com que virtualmente poderia contar.

Em países providos de grande população e território, além de riquezas naturais diversificadas, a hora de investir no exterior e permitir a saída de capitais precisa, pelo menos, ser atrasada. Ela seria deixada para depois de ter-se atingido um alto grau e maior uniformidade no desenvolvimento interno. Aí a exportação desses recursos não mais viria significar um vazamento de meios escassos, extremamente necessários à promoção das próprias forças produtivas e principalmente ao aperfeiçoamento da mão-de-obra e impulso da pesquisa tecnológica e científica.

Por outro lado o capitalista, principalmente aquele que controla unidades de grande porte, tenderia a estar mais interessado na obtenção de lucros do que nos destinos da nação, especialmente quando associado a firma estrangeira. Caso em que o interesse em operar no exterior ficaria reforçado pelas facilidades oferecidas pela experiência e posições adquiridas fora do país pela associada alienígena.

Tal situação marcaria a presença de um empresariado pouco preocupado com o poder de compra interno e nível de vida do trabalhador local, à medida que, para ele, o importante seria gerar mercadorias competitivas no comércio internacional. Isso significaria produção barata, a qual requereria socialização pelo menos parcial de custos, descaso quase completo com problemas de controle da poluição, tratamento e reciclagem de resíduos industriais, afora baixa remuneração de mão-de-obra, isenção de impostos a pagar e recebimento de subsídios.

Apesar de todos esses favorecimentos, uma vez adotada a opção pelo mercado externo, com o tempo constatar-se-ia tendência de instalar unidades produtoras junto aos seus compradores, a fim de fugir de custos e deteriorações decorrentes de transporte, de mecanismos protetores de mercado e de concorrentes.<sup>14</sup> Situação que se constituiria num quadro de maior gravidade, à medida que ele se materializaria em países cujos setores produtores costumam ser, em alto grau, controlados por capitais estrangeiros e cujas dívidas externas costumam assumir exageradas proporções, enquanto a maior parte das suas populações vive em condições extremas de pauperismo.

Nesse contexto, a existência e preponderância da empresa pública, tornar-se-iam mais significativas, desde que ela possa escapar daquele afã de obtenção de lucros que tenderia a contaminá-la e, inclusive, levá-la a buscar ganho mais fácil no exterior. Atitude que provocaria o seu desvio do papel social, de promotora do desenvolvimento econômico e do bem estar do povo, seu legítimo proprietário, levando-a a operar como qualquer empresa privada, como se temporariamente pertencesse àqueles colocados na sua cúpula diretora.

\* \* \*

O Governo constituir-se-ia no melhor controlador e mantenedor dos recursos para investimento dentro do país, à medida que as firmas de grande porte pertencessem ao Estado e operassem observando as regras de obtenção do maior benefício com o menor custo e procurassem tornar-se auto-financeáveis.

Teríamos, ainda, no Governo, o zelador da manutenção do controle nacional sobre as empresas menores, que seriam particulares e do objetivo básico de todas essas entidades de servir o público e a nação.

(14) A título de exemplo colhemos no jornal O Estado de S. Paulo de 12/08/88 (Caderno de Empresas ano IV nº 901, p. 1) aquele da EMBRACO (Empresa Brasileira de Compressores) exportadora de compressores herméticos para a China, que estaria cogitando de implantação de uma unidade industrial naquele país. Em 12/10/88 p. 24 o referido diário paulistano se referia a Metal Leve, anunciando a construção de uma fábrica de pistões articulados nos E.U.A., que exigiria um investimento de US\$ 10,2 milhões, para produzir 230 mil peças por ano.

Para isso seria preciso estabelecer critérios objetivos de operação que evitassem o desperdício e o uso pouco racional das unidades e equipamento produtivos. Atitude vital que, principalmente no caso das estatais, destacaria a grande importância da formação e escolha dos quadros administrativos e daquelas pessoas a serem colocadas em posições de chefia, as quais necessitariam ter assegurados períodos razoáveis de permanência nesses cargos, tornados mais independentes de flutuações no jogo político.

Aí dever-se-iam estabelecer normas rigorosas de seleção por capacidade, competência, adequação, idoneidade e maturidade para o exercício dessas funções. Todo amadorismo e improvisação precisariam ser evitados, devendo os dirigentes ser objetivamente selecionados entre personagens dotados de qualidades mínimas de conhecimento, experiência e aptidão como administrador, além de hombridade e honestidade intrínsecas, como também de familiaridade com o setor e a empresa.

Afora essas características eles, assim como o "Getúlio Vargas de Azevedo Amaral", juntamente com a "classe política", necessitariam ser providos de capacidade de compreensão objetiva dos homens e dos acontecimentos, não se preocuparem com a obtenção de efeitos dramáticos imediatos, permaneceram inacessíveis à ação de sentimentos de ódio e de desejos de vingança, procurando quebrar resistências com a benignidade do próprio temperamento, afora de possuírem forte consciência nacionalista.<sup>15</sup>

Eles precisariam ter um mínimo de carisma e espírito de liderança, procurando sempre aprender a ouvir e aceitar idéias, respeitar antes de exigir respeito, além de estarem prontos, quando necessário, a delegar funções, autoridade e responsabilidade, nunca usando a coisa pública como matéria particular, nem permitindo que outros o viessem a fazer. Os dirigentes deveriam, ainda dar aos seus subordinados o exemplo de comportamento ético, de honestidade e justiça, de parcimônia nos gastos e usos, como também de trabalho diligente e eficiente, criando, igualmente, condições adequadas a execução das suas funções.<sup>16</sup>

Os recursos nessas empresas estatais, assim como nas particulares, precisariam ser usados com maior

inteligência e moderação, levando em consideração relações custo/benefício proporcionadoras de posições ótimas de produtividade.

Dessa maneira as organizações, alvo desta análise, deveriam ser eficientes e produtivas, no sentido de conduzirem a um máximo de resultado com um mínimo de insumos, isto é, de matérias-primas, equipamentos, energia e mão-de-obra, além de pouparem os recursos naturais, evitando, também, danos ao meio ambiente e a outras atividades produtivas.

Elas estariam sempre voltadas para o ganho social, antes que para aquele materializado num mero lucro monetário, não deixando, contudo, de, por si próprias, pelo menos, obter recursos para cobrir seus custos totais de operação, gastos com reposição e novos investimentos. Desse modo elas deveriam, por seus próprios meios, prover as necessidades do progresso tecnológico, como também a reciclagem dos resíduos resultantes do processo produtivo, da preservação da qualidade de vida e do patrimônio natural da nação.

A nossa empresa pública, ainda, cooperaria com o setor privado complementar, inclusive promovendo-o, mas sem constituir-se num transferidor de riquezas e fornecedor de recursos, a sustentar empresas particulares voltadas exclusivamente para a obtenção de lucro e, muitas vezes, ineficientes, com caráter quase parasitário.

Assim a vitalidade e agilidade da iniciativa privada não seriam desperdiçadas, da mesma maneira que a força e organização do Governo e das empresas estatais não acabariam esbanjadas.

Isso, naturalmente, exigiria um setor público mais produtivo, eficiente e abrangente, além de socialmente responsável, enquanto que a atividade particular, restringida a empresas de controle nacional, de médio e pequeno porte, inclusive as micro empresas, precisaria

(15) Amaral, A. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. José Olympio R. J. 1938, pp. 109/111.

(16) Macedo, G. B. Ética e Administração Pública. O Estado de S. Paulo 29/12/88, Caderno de Empresas, ano IV no 996, p. 2. Botelho, E. Garimpeiro de Idéias e Ideais. O Estado de S. Paulo, 11/11/89, Empresas, ano V no 1217, p. 1.

admitir o ganho social e ecológico, internalizando certos custos e coibindo seu aspecto predador e meramente lucrativo.

#### ABSTRACT

Nationalism and State action were the instruments that led to the development of the richest countries of our world. Only after the arrive to this condition did these countries became favorable, more in their discourse than in their practices, to

economic liberalism. In underdeveloped nations, State interventionism must have his control shared with Labour Unions, both reaching the large enterprises directly, leaving to medium and small companies freedom for operation, in order to allow for greater flexibility in economy. This private sector needs a governmental control, with labour participation in their property, besides a modern and democratic administration.

Key words: economic policy, economic development, state interventionism, nationalism, protectionism.